

Figueiredo faz balanço de seu mandato e quer preservar conciliação

por Walter Marques
de Brasília

Ao reabrir na última sexta-feira os trabalhos do Poder Legislativo o presidente do Congresso Nacional, senador José Fragelli, deu início à terceira sessão legislativa da quadragésima sétima legislatura sintetizando em sete palavras o sentido da nova fase política que o País vai viver e o papel central que nele está destinado aos representantes do povo no Parlamento: "O poder retornou à responsabilidade civil, isto é, a nossa responsabilidade", disse Fragelli em seu discurso inaugural.

José Fragelli indicou ainda os rumos que deverão ser seguidos pela instituição para que ela deixe de ter o papel de "órgão homologador de decisões palacianas". José Fragelli lembrou que o Poder Legislativo "se encontra mutilado em muitas de suas prerrogativas essenciais" e defendeu uma reforma da Constituição antes da Constituinte para restabelecer as prerrogativas do Parlamento. Ponderando que o governo Tancredo Neves receberá uma "pesada herança de problemas de natureza política, econômica e social, para os quais urge encontrar solução", ele alertou para os riscos de uma frustração das aspirações populares, o que, a seu ver, poderia ter "trágicas consequências".

Reforçando as preocupações do senador José Fragelli, o presidente João Figueiredo encerra sua mensagem ao Congresso Nacional, a última de seu governo, fazendo um apelo aos membros do Legislativo para que criem condições favoráveis a Tancredo Neves. "Suplico-vos proporcionar-lhe condições que lhe permitam preservar o clima de conciliação e de concórdia, que ora impera, e que não é incompatível com eventuais divergências de opinião, em questões menores ou pon-

tos em que o compromisso, entre posições conflitantes, ocorra sem prejuízo do interesse público", afirma o presidente Figueiredo.

Em sua mensagem o presidente da República faz um balanço de seu governo centrado sobretudo na evolução política verificada nos últimos seis anos. Ele lembra a anistia, a recuperação dos direitos políticos por quem se achava deles privado, o retorno dos exilados, o restabelecimento das eleições diretas para governadores, a liberdade de imprensa e afirma que "a sinceridade que presidiu a promoção da abertura política repele qualquer restrição".

Para o presidente Figueiredo foi "a debilidade das convicções políticas" que permitiu que "a teologia da eleição direta cedesse ante o dogma da eleição indireta". Contudo, o presidente afirma que todos os fatos políticos que o País assiste ou dos quais participa atualmente tiveram origem em março de 1979, com a sua posse.

Figueiredo reconhece que "o flagelo inflacionário não se deixou dominar" mas pondera que "as propostas drásticas" oferecidas a sua apreciação talvez tivessem sido "corajosas, heróicas, eficazes, porém produziram consequências insuportavelmente dolorosas para a quase totalidade da população".

O presidente João Figueiredo, em sua mensagem ao Congresso, no entanto, além do balanço que faz do que se realizou em seu governo abre-se também para as perspectivas futuras. Significativo quanto a esse aspecto é o trecho em que declara que "a liberdade, política ou não política, pode não ser remédio para todos os males. Vale, a esse respeito, o que já foi dito acerca da liberdade de imprensa. Esta, em clima de liberdade, será boa ou má. Sem liberdade, será necessariamente má", afirma.